

O Cerealista



NEWSLETTER DA ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS CEREALISTAS DO BRASIL

CÂMARA DE CRÉDITO, SEGURO E COMERCIALIZAÇÃO DISCUTE SOBRE PLANO SAFRA E ANDAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Aconteceu na última terça-feira, dia 4, a reunião extraordinária da Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização do Agronegócio. Esteve representando a ACEBRA o Diretor de Relações Institucionais Roberto Queiroga. O encontro, que foi o penúltimo do ano, teve como pauta o Plano Agrícola e Pecuário 2017-2018 - balanços e desafios, e a apresentação do andamento dos grupos de trabalho.

O presidente da Câmara, Ivan Wedekin, apresentou primeiramente um pequeno balanço do crédito rural para a safra 2016-2017, fazendo um comparativo com a safra anterior, 2015-2016. Segundo os dados apresentados, em custeio foram aplicados R\$ 95,7 bilhões na safra 2016-2017, uma queda de 5,4 em relação à anterior. Em Investimento foram aplicados R\$ 36,8 bilhões, e mesmo com a queda de 3,1% em relação à anterior, Ivan entende que foi um número bom: “em nível de investimento, creio que tivemos um desempenho muito bom, pois mesmo com toda a queda de imagem na agricultura, praticamente mantivemos o volume de investimento”, disse. Já no crédito para a comercialização foram aplicados R\$ 28,8 bilhões, um crescimento de 6,9% em relação à safra passada. Segundo Ivan, esse crescimento se deu pela inclusão do item industrialização, onde o Banco Central resolveu também classificar junto da comercialização. No total, o investimento em crédito rural da Safra 2017-2018 teve uma queda de 5,4%, atingindo o valor de R\$ 161,3 bilhões.

De acordo com os dados do documento distribuído pelo MAPA a expectativa é que para a próxima safra tenha-se 2,4% a mais em créditos. O documento coloca como prioridade para essa safra a expansão da capacidade de armazenagem e inovação tecnológica – PCA e Inovagro, redução nas taxas anuais de juros do crédito rural, melhorias no programa ABC, ampliação da abrangência do programa Inovagro, um aumento de 82% no moderfrota e traz como orçamento para o seguro rural – PSR o valor de R\$ 550 milhões.

O Secretário de Política Agrícola (SPA), Neri Geller comentou de maneira positiva o Plano Safra passado. “Mesmo com todas as dificuldades, acho que o nosso setor conseguiu se impor junto ao governo para que o Plano Safra possa contemplar minimamente dentro do custeio, mas também dentro da comercialização e também dentro do seguro agrícola, nós estamos otimistas”, informou. Além disso, Neri tem boas expectativas para o novo plano que entrou em vigor esse mês, e chama todos para ajudar: “nós vamos acompanhar muito de perto na execução do plano safra e pedimos a vocês, quando acharem necessário redirecionar alguns recursos, desde que seja dentro do valor estabelecido, para fazermos o rearranjo como foi feito esse ano”.



Neri também declarou empatia à questão da armazenagem para os cerealistas, que atualmente não tem regulamentação, porém, segundo o secretário, está havendo um grande esforço para que seja regulamentado. “Um item que nós entendemos que é importante é a questão dos cerealistas dentro do PCA. Está sendo aprovado um programa específico por medida provisória com o valor de R\$ 300 milhões. Isso está no nosso radar, falta apenas o parecer da PGFN no Planejamento e da Fazenda para ir a medida provisória para o Congresso Nacional”, disse Neri Geller, que concluiu afirmando que a armazenagem é uma questão de segurança para a produção continuar avançando.

Dando seguimento a pauta, foram apresentados os resultados obtidos até agora pelos Grupos de Trabalho. O primeiro a apresentar foi o GT de Títulos do Agronegócio e Novas Fontes de Financiamento. Segundo Antônio Moraes (SPA/MAPA), o grupo não avançou muito depois da aprovação da Lei nº 13.331. “A proposta para permitir a emissão de CRA e CDCA com correção cambial foi aprovada, Lei nº 13.331, e não se avançou muito do ponto de vista da emissão desses títulos, fundamentalmente em função da exigência de que os lastros também fossem objeto da correção cambial em conforme. Mas o ponto limitante, na minha visão é de que a efetividade dessa medida dependia da aprovação pelo conselho monetário de exigências adicionais, eu não entendo que tenha havido a aprovação dessas exigências adicionais, o que me leva a crer que a emissão desses títulos não estejam avançando”, declarou.

Por outro lado, Antônio lembra que o grupo avançou com a decisão de apresentar um PL para revisar a Lei da CDR e a Lei nº 11.076, no sentido de tornar viável a utilização da LCA e da CDR como lastro para o CRA e CDCA: “isso admite que os índices de preço sejam cotados em bolsa internacional, essa é a mudança”, diz Moraes.

Em seguida João Ferrari (Banco Central) apresentou os as ações do GT Sistema Nacional de Crédito Rural. João informou que a área econômica do governo precisou tomar algumas medidas em relação ao plano safra: “nós elegemos duas finalidades para dar apoio do estado nas políticas pelos recursos do crédito rural, custeio e investimento. Já a comercialização e industrialização teve menor apoio. Vamos deixar as coisas claras, aqui vocês são setoriais mas no governo temos que tomar decisões num escopo mais amplo”, disse. Deste modo, esse foi o plano de fundo de todas as medidas do plano safra, dar mais apoio ao que tem mais relação com a produção. João ainda afirmou que essa mudança não será feita de imediato, ela será aplicada no início de janeiro do ano que vem, assim dá tempo para todos se adaptarem. “Não é que a área econômica está contra, ela só está de adaptando aos novos tempos”, declarou.

Ferrari lembra que alguma instituição precisa tomar partido para começar a editar a Medida Provisória nº 725, que contém alguns erros: “com relação a Lei nº 11.076, eu vejo que há termos crassos. A medida provisória 725 foi editada de uma maneira muito atabalhoada, não passou por um filtro e foi publicada com erros. Então, essa questão de retomar a revisão é urgente, temos que fazer esse movimento, tomar uma iniciativa”, disse João Ferrari.

Nas discussões, o Diretor Executivo da ACEBRA, Roberto Queiroga lembra o ponto discutido no início da reunião e fez um agradecimento ao Ministério: “primeiro eu gostaria de agradecer a posição firme do MAPA em relação ao crédito de armazenagem para as empresas cerealistas, agradecer por ter levado a questão à Fazenda, do modo que os cerealistas acabaram sendo contemplados por esse investimento”, disse. Queiroga também levantou a questão sobre como anda o tramite da Medida Provisória que irá disponibilizar a linha de armazenagem: “primeiramente gostaria de saber como está o status da medida provisória? A minuta se encontra no Ministério da Fazenda ou Planejamento para fazer a equalização? E a segunda pergunta é em relação a um dos tópicos do nosso grupo de trabalho, sobre a questão específica da possibilidade dos técnicos das empresas cerealistas poderem fazer os projetos de crédito rural junto a seus produtores atendidos, como isso vai avançar? Como essa mudança está sendo trabalhada no Banco Central?”, questionou.

Sobre a primeira pergunta, Wilson Vaz do Ministério da Agricultura respondeu dizendo que os encaminhamentos estão sendo tomados: “nós fizemos a minuta que está tramitando. Já saiu do Ministério da Agricultura, portanto tem um caminho a seguir. Hoje estamos dependendo de um posicionamento do Ministério da Fazenda, me parece que o Ministério do Planejamento já está com tudo pronto e depois a Casa Civil dará o encaminhamento”, informou.

Sobre o segundo questionamento, João Ferrari explicou: “hoje no manual do crédito rural existe um impedimento para que, assim como a cooperativa possa ter uma equipe de agrônomos e atender ao cooperados, no caso dos cerealistas, esse tipo de atividade está vedada”, e completou dizendo que são medidas muito antigas que devem ser mudadas: “são regras muito antigas de quando o produtor tinha um outro nível de informação, e sendo assim hoje não faz mais sentido ficar tendo esse impedimento para que o cerealista possa prestar o serviço similar aquele que a própria cooperativa atesta para os seus cooperados. Acredito que possamos encaminhar um pedido, começando pelo MAPA e indo para o Ministério da Fazenda depois”, disse.

O presidente da câmara deu todo o apoio a causa e declarou: “podem ir em frente com esse assunto, façam a minuta e não precisa nem passar pela aprovação dessa câmara”, falou.



Em seguida foi a vez de Gustavo Bracale (SPA/MAPA) apresentar os encaminhamentos do Grupo de Trabalho Programa de Subvenção do Seguro Rural. Bracale apresentou o projeto experimental criado pelo grupo que teria um novo ator para ajudar no financiamento da apólice do seguro rural, a entidade privada: “é um projeto experimental, o texto deve ser apresentado ao Ministro da Agricultura nos próximos dias e contempla uma ideia muito simples que ainda será submetida ao comitê gestor. Essa ideia surgiu da iniciativa privada, são entes que tem interesse no resultado da produção dos agricultores e tem algum risco de operação”. Segundo ele, o modelo do projeto experimental apenas complementar o modelo atual: “esse modelo não vem para substituir o atual. É experimental para promover a contratação de seguros. Hoje o governo paga mais ou menos 45% nessa apólice e o restante é o produtor, então entraria um terceiro que pagaria parte para o produtor, que teria um custo reduzido”, explicou.

O Grupo de Comercialização e renda foi representado por Natália Fernandes (CNA), que, segundo ela não se reuniu esse ano. Natália lembra que no ano passado eles elaboraram uma proposta ao programa de submissão as opções de venda para dar um quadro ao produtor, para que eles pudessem acessar os instrumentos de proteção contra a oscilação de preço: “seria uma proposta complementar ao que vem sendo pela PGPM”, disse. Porém, o projeto ficou parado: “foi dado encaminhamento ao Ministro com a solicitação de apoio e nós não tivemos o retorno, então estamos parados em relação a essa proposta”, articulou Natália.

O presidente da Câmara, Ivan Wedekin, disse que o encaminhamento tinha sido enviado para a Secretaria de Política Agrícola e sugeriu que fosse enviado um ofício pedindo para que eles se manifestassem. “Acho que esse é o encaminhamento para que possamos fazer uma discursão mais positiva por parte do Ministério da Agricultura”, disse.

O último Grupo a se apresentar foi o GT de Central de Ônus e Gravames, representado por Fernando Pimentel (SNA). Ele afirma que o grupo ainda não se reuniu desde o último encontro da câmara, mas que estão com reunião marcada para essa semana, e reafirma a importância do GT: “no momento em que está sendo discutida uma série de iniciativas para atrair o capital privado, essa questão da central de consolidação de crédito se torna crucial para você ter a devida governança e transparência para os agentes financiadores, sejam eles públicos ou privados, sejam financeiros ou comerciais”.

A próxima reunião da Câmara Temática de Crédito, Seguro e Comercialização do Agronegócio, está prevista para acontecer no dia 30 de novembro, e será a última do ano.